

A CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO DE MATO GROSSO COMO MULTIPLICADORES DE PRÁTICAS AMBIENTAIS E DE SUSTENTABILIDADE COMO O A3P

DOI: <http://dx.doi.org/10.55449/congea.14.23.VII-037>

Hoazan Luiz Monteiro de Arruda (*), Lisandra de Abreu Nery , James Moraes de Moura

* Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato grosso – IFMT Campus Cuiabá – Bela Vista, james.moura@ifmt.edu.br

RESUMO

O trabalho trata a Educação Ambiental como proposta de capacitação dos servidores do CASE Pomeri em Cuiabá para atuar como multiplicadores de gerenciamento e práticas ambientais com os adolescentes ali assistidos e com outros servidores, levando em consideração se tratar de uma instituição pública do Estado. Assim, existe a disponibilidade de se trabalhar também o programa A3P que visa desenvolver práticas e medidas ambientais em órgãos públicos, como é o caso. Já a gestão socioeducativa deve atender adolescentes de forma a preparar sua reinserção na sociedade após a passagem nesse sistema que, por se tratar de um processo de ensino e aprendizagem, tem essa temática inserida nas suas diretrizes e por isso o trabalho se justifica. Assim, apresentamos o embasamento teórico dos pontos sobre a Educação Ambiental, o papel do gestor ambiental, o perfil do adolescente na atualidade e importância de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável em consonância com o atual contexto do Meio Ambiente e da economia mundial. A metodologia é apresentada no item posterior. Em seguida vêm os itens que descrevem o Pomeri, seu CASE, o Programa A3P no TCE-MT e as pesquisas realizadas com os servidores do socioeducativo; a análise dos resultados vem em seguida. O trabalho se encerra com as considerações finais e referências. Pretende-se dessa forma que o trabalho logre êxito em ser mais uma contribuição para a comunidade acadêmica ambiental e de outras áreas do conhecimento.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Ambiental, sistema socioeducativo, capacitação

INTRODUÇÃO

O gestor e a Gestão Ambiental

O presente trabalho busca abordar a Gestão Ambiental como um tema muito em evidência no contexto atual em que se fala cada vez mais sobre Educação Ambiental, Desenvolvimento Sustentável, escassez de recursos naturais e ações preservacionistas e mitigadoras contra a degradação ambiental, cada vez mais necessárias do ponto de vista global.

É importante salientar a importância do gestor ambiental enquanto um profissional que atua de forma independente no que diz respeito à execução de seu trabalho, ou seja, com foco na situação e na questão ambiental, seja qual for a área em que o mesmo atua, tanto pública como privada.

Por isso, torna-se necessária na atualidade a apresentação de mais trabalhos acadêmicos e científicos que sirvam de base para inspirar e orientar a atuação desses profissionais, mesmo porque “as universidades do Brasil até agora encontram inúmeros obstáculos para incorporar a perspectiva da grandeza ambiental à construção de recursos humanos (...)”. (ATANÁZIO, J.N.O. 2016, p.50).

Temos acompanhado o aumento da procura por cursos de formação superior na área ambiental, um tipo de formação relativamente nova e que vem de encontro com as necessidades do contexto mundial de urgência de gerir a escassez e finitude dos recursos naturais.

Temos em número considerável, muitos trabalhos com essa temática, mas abordando conceitos de assuntos que há anos estão em voga, até mesmo em qualquer sistema educacional: Globalização, Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável, Conservação, Preservação, Tecnologia Limpa etc.

Esse farto material nos leva a refletir sobre a existência de pesquisas voltadas ao papel da gestão e do gestor ambiental, já em menor número; daí a necessidade, por exemplo, de se abordar noções da gestão em si, de como funciona um Sistema de Gestão Ambiental, o chamado SGA, que é uma das principais ferramentas utilizadas na atuação de um gestor dessa área e que consiste em: “(...) manter uma gestão ambiental que norteie suas práticas respondendo às leis vigentes e as normas estabelecidas pela organização; determinar e condicionar uma conversação com a coletividade e seus colaboradores, tendo em vista o engrandecimento de execuções ambientais agrupadas; habilitar pesquisas e apoiar

a adesão de novidades tecnológicas que minimizem os impactos ambientais e cooperem para a atenuação do consumo de energia elétrica, água e matérias-primas, fomentando a melhoria contínua de seu funcionamento; se convencer de que respectivos resíduos são conduzidos e designados conforme as regras, que deverão ser resguardadas em conformidade com as corretas práticas ambientais, as normas admissíveis e a legislação.” (ATANÁZIO, J.N.O. 2016, p.50).

Ter noção do que é o SGA nos dá certa base para entender quais as principais funções de um gestor, principalmente a quem tem interesse em adquirir amplos conhecimentos para atuar na área e para entender por que nos dias atuais esse papel tem crescido.

O gestor é um profissional com atuação independente, qualificada, competente, criteriosa e principalmente focada na ação do homem, o principal agente envolvido em tudo que é produzido e “subproduzido” no Meio Ambiente (dependemos dos insumos que a natureza nos dá, mas geramos resíduos e poluição).

A Gestão Ambiental é importante nos dias atuais tendo em vista que a situação econômica (no seu contexto mundial) gira em torno dos recursos naturais, e sabemos que a Economia, em seu significado amplo, na prática trabalha com a escassez desses recursos (essa afirmação chega a ser uma máxima na comunidade acadêmica da área ambiental).

Este trabalho busca apresentar novas abordagens (ainda que existam pesquisas com temas parecidos) no sentido de que, dentro do contexto atual, novas estratégias devem ser adotadas e a Gestão Ambiental com seus atores vem como uma ferramenta muito importante nesse processo: o gestor passa a ser cada vez mais um agente importante para desempenhar funções multiplicadoras em diversas áreas.

Com isso, cabe aqui discutirmos o trabalho com jovens (no caso temos o adolescente assistido em privação de liberdade) dentro do processo pedagógico, voltado para a temática ambiental e com os adultos (funcionários do Pomeri), dentro de planos e estratégias de mudanças ou melhorias no setor público ou privado, com objetivos diretamente ligados à melhoria de uma coletividade e indiretamente ligados com a construção da imagem de uma instituição como forma de diferencia-la positivamente e se destacando no seu segmento.

O adolescente atual e a Educação Ambiental no processo de ensino e aprendizagem

É importante destacar primeiramente que de acordo com a lei n.8.069 que instituiu o Estatuto da Criança e do Adolescente “considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos e, adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade”. (BRASIL, 1990. Art. 2º).

Quando falamos desses jovens temos como ferramenta aliada o potencial deles como agentes do Meio Ambiente, aptos a entender o que os cerca e como podem ser beneficiados quando utilizam beneficentemente os recursos disponíveis para si e para a coletividade. Também podem, com a interação das políticas públicas e o sistema socioeducativo, usufruir do que o processo de ensino aprendizagem pode desenvolver e oferecer, do ponto de vista social, cultural e até mesmo econômico.

Existe um alto nível de conectividade e interação dos adolescentes com os recursos tecnológicos, mesmo porque de maneira geral todos temos uma grande facilidade em obter qualquer tipo de informação de nosso interesse, pois esses recursos são muitos e estão ao nosso alcance através de vários meios, principalmente o celular (chamado hoje de smartphone) que oferece diversas experiências, engajamentos, campanhas e agregam pessoas em torno de uma causa pessoal ou coletiva, com os mais variados objetivos.

Nas chamadas redes sociais, pessoas públicas tornam suas vidas mais públicas ainda, movimentando o mundo virtual fornecendo de forma intensa as peculiaridades de seus cotidianos (principalmente os chamados influenciadores digitais e blogueiros, além de muitos artistas já consagrados e populares) e interferem nas escolhas e decisões de seus espectadores.

No sistema socioeducativo, obviamente um sistema com medidas restritivas de liberdade, o acesso aos recursos tecnológicos tão utilizados por esse público o tempo todo quando estão em liberdade, torna-se bastante limitado, ou seja, com total controle e monitoramento. Apesar disso é importante lembrar que dentro desse sistema é possível desenvolver atividades que envolvem tecnologia e atualizações na ciência da computação, como ocorre no CASE Pomeri.

Mas voltando ao alcance de forma geral com essa avalanche intensa e contínua de informações, há que se questionar qual a visão que o adolescente tem em torno de discursos com a temática ambiental considerando que “elas induzem ao

pensamento crítico ao retomar os questionamentos direcionados para a visão de mundo moderno e suscitam o diálogo entre diferentes formas de saber”. (SILVA, L.F. & CARVALHO, L.M. 2011, p. 123).

Na atualidade midiática pessoas públicas (principalmente os ídolos de crianças, adolescentes e jovens) não “sobrevivem” se não “existirem” nas redes sociais, locais virtuais onde seus posicionamentos são apresentados de forma quase que instantânea e sobre quaisquer assuntos e acontecimentos do cotidiano; o engajamento de um adolescente em torno de um tema pode ser definido de acordo com o posicionamento tanto dos seus próximos, como de figuras públicas que ele acompanha nas mídias disponíveis e redes sociais.

Também há que se considerar a subjetividade do indivíduo quando se vê diante da temática ambiental, levando em consideração que há alguns anos ela está inserida em qualquer sistema de ensino, para crianças e adolescentes, que tomam conhecimento sobre a situação da escassez e finitude de nossos recursos naturais, bem como a gravidade da situação do Meio Ambiente, em que a poluição precisa ser combatida urgentemente e que há a necessidade de sermos mais ecológicos e sustentáveis, pois: “No que diz respeito às atividades educativas que envolvem especialmente aspectos da temática ambiental, temos verificado a necessidade de superar as estratégias educacionais ainda muito restritas às perspectivas preservacionistas/ conservacionistas ou biológicas, que apontam, na maioria das vezes, para perspectivas comportamentalistas e pragmáticas na solução dos problemas ambientais e, por isso, descontextualizadas ou contextualizadas de forma ingênua ou simplista”. (SILVA, L.F. & CARVALHO, L.M. 2011, p. 123).

Ou seja, são necessárias novas abordagens que devem focar em estratégias para o desenvolvimento sustentável e para a economia mundial, que vão muito além de conceitos e medidas preservacionistas e conservacionistas. Devemos ir muito mais que apenas plantar árvores e reciclar.

Por isso é importante falar sobre a individualidade do adolescente; ele faz parte do grupo que está constantemente assistindo aos apelos dos influenciadores, pois como figuras públicas, estão sendo observadas até de uma certa forma exagerada, e qualquer tipo de ação pode influenciar na sua popularidade.

Um artista mesmo sendo bastante prestigiado corre o risco hoje em dia de ser “cancelado” caso cometa alguma ação violenta, agressiva, politicamente incorreta e até mesmo que incorra em poluição ambiental, como por exemplo, consumo (e divulgação) de marcas e empresas reconhecidamente degradadoras do Meio Ambiente. Ainda, esses famosos por iniciativa própria, estratégia, marketing etc. podem se apresentar engajados em causas ambientais, pois sabem que o consumo de bens e serviços de marcas ou empresas que comprovam suas conformidades com a legislação ambiental e preocupação ecológica podem contar como fator de qualidade da sua imagem.

Então a interação do adolescente com a mídia tem relação com a Educação Ambiental, pois dentro do contexto de aprendizagem o adolescente se torna suficientemente informado sobre a necessidade de racionalizar, repensar o consumo e trabalhar sustentavelmente com os recursos naturais.

À luz desse contexto temos a Constituição Federal de 1988; ela estabelece que “é uma obrigação do Estado a promoção da educação ambiental como forma de atuação com vistas à preservação ambiental”. (BRASIL, 1988, Art. 225).

Há também a Lei N°9795, sobre a Política Nacional de Educação Ambiental; deixa claro que “a educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente (...) em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal”. (Brasil, 1999, Art. 2°)

O trabalho também vem de encontro ao que preconiza essa lei (9795/99) quando ela cita os objetivos fundamentais da educação ambiental em seu Art. 5o, parágrafo I: “o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente, em suas múltiplas e complexas relações (...)”.

Pelo exposto desde o início deste trabalho o embasamento legal possibilita a abordagem da temática ambiental dentro do sistema socioeducativo, e como vimos, ela deve ser inserida em consonância com o que reza o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE).

Dessa forma vemos que abordar a temática ambiental no socioeducativo está baseado em instrumentos legais e por isso deve seguir o que reza o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) e a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA). Esses instrumentos tão importantes foram surgindo para permitir a profissionais que atendem os adolescentes em situações de vulnerabilidade, a criar novos paradigmas de atendimento nesse sistema.

Privado de liberdade, o adolescente pode utilizar seu tempo da melhor maneira, dentro dos limites e possibilidades pois participa do cotidiano daquela comunidade e faz parte dela enquanto cidadão: é capaz de adquirir conhecimento, se

capacitar e, em posterior liberdade, reintegrar-se à sociedade “além-muro”, podendo levar coisas novas para sua vida pessoal e profissional, num cenário criado por ele de acordo com o aproveitamento das oportunidades que podem ser oferecidas ali.

Assim, neste subitem buscou-se relacionar o adolescente e a Educação Ambiental como fator de socialização, para entendermos o “universo” dele, contextualizando a sua vivência antes, durante e depois do cometimento de atos infracionais: em liberdade o adolescente tem seu perfil de consumo, suas opiniões e, sobretudo, faz parte da vida social, econômica e cultural do local em que vive. E como qualquer cidadão, tem suas necessidades humanas infinitas e é plenamente capaz de adquirir conhecimento, se informar, se capacitar e, após passar pelo socioeducativo, reintegrar-se à sociedade em novo momento e com bagagem nova e consistente.

Sistema socioeducativo e políticas públicas

Para se falar sobre o sistema socioeducativo há que se esclarecer a diferença entre medidas socioeducativas: em sistemas abertos são geridas pela Assistência Social e aquelas de internação são geridas pelo Segurança Pública. Além disso é importante destacar que aplicação de qualquer uma dessas medidas decorre do ato exclusivo do Juiz de Direito, após a verificação do ato infracional.

Assim, não se intencionou neste trabalho discutir a problemática do adolescente em conflito com a lei a partir de aspectos psicossociais, socioeconômicos etc. que o leva a cometer atos infracionais.

A pretensão da pesquisa é trabalhar com o adolescente enquanto cidadão, da mesma forma que os servidores do Pomeri, com deveres, direitos, necessidades e participação no desenvolvimento da comunidade e da cidade nas quais está inserido.

E enquanto cidadão adolescente, que não completou a maioridade, mas tem livre arbítrio em seus atos, está passível de responder por estes, diante das autoridades e da sociedade civil organizada; ao cometer ato infracional, fica sujeito a sanções impostas ou determinadas pelo poder judiciário:

“Quando o juiz de uma Vara da Infância e da Juventude despacha o processo para o perito avaliar e emitir um parecer que revele se aquele jovem em conflito com a lei representa ou não perigo à sociedade, podemos perceber que o Estado necessita de um saber-poder averiguador do possível perigo que o sujeito apresenta. Com base nessa avaliação, o juiz decidirá que providências e/ou medida socioeducativa aplicar ao jovem. Tais saberes configuram-se na Psicologia, no Serviço Social e eventualmente na Pedagogia e na Medicina, entre outros saberes distintos do Direito, mas que são, frequentemente, subservientes ao sistema judiciário para atender às suas demandas, contribuindo com informações e descrições sobre os réus, sem problematizar a questão crucial, que é a própria relação desses saberes com o judiciário”. Gonçalves, H.S. & Brandão, E.P. 2013 (apud Scisleski, A. C. C., Bruno, B. S., Galeano, G. B., Santos, S. N., & Silva, J. L. C. 2015, p.507).

Adiciona-se a isso o senso comum de que todo cidadão tem direito a ampla defesa bem como a recuperação, reintegração e ressocialização após o cometimento de quaisquer tipos de conduta descrita como crime ou contravenção penal.

Assim, dentro de todo o processo voltado para se cumprir as medidas dentro do socioeducativo, as políticas públicas direcionadas aos jovens, de maneira geral devem apresentar possibilidades de fomentar sua vida e é nesse momento que surge a figura dos agentes socioeducadores, que desempenham um papel crucial nesse processo.

A proposta socioeducativa, que veio à tona a partir de 1990, com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, trouxe novos paradigmas de medidas socioeducativas, mas embora apresente significativas mudanças e conquistas, ainda são insuficientes e limitadas ao plano jurídico e político-conceitual, não possibilitando a abertura de abordagens diferenciadas.

Também foi criado o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, o SINASE, instituído pela Lei Federal 12.594/2012, em 18 de janeiro de 2012, que regulamenta o atendimento especializado ao jovem e adolescente e “objetiva primordialmente o desenvolvimento de uma ação socioeducativa sustentada nos princípios dos direitos humanos” (SINASE, 2006).

Quando lemos sobre o SINASE percebemos que ele veio para integrar as unidades federativas do país em torno de definições de programas para atender os adolescentes respeitando os preceitos do ECA e da legislação, em consonância com a necessidade de se trabalhar com novos paradigmas e abordagens.

Por mais que não pareça, a Educação Ambiental como meio de ressocialização não é um tema novo no socioeducativo; existem diversos trabalhos disponíveis para pesquisas, e, assim como já comentado, questões ambientais fazem parte de uma atual inquietação e urgência em desenvolver estratégias para todos os indivíduos participarem de forma ativa, pois:

“(…) a EA nos espaços socioeducativos torna-se fundamental, pois resgata a relação homem-natureza, oferecendo oportunidades para o desenvolvimento de habilidades, bem como no sentido de contribuir no processo de construção da cidadania, contemplando estratégias multidisciplinares e aspectos práticos da EA, tais como diversidade biológica, reciclagem, compostagem, coleta seletiva, reflorestamento, campanhas de sensibilização, etc.; além da formação de uma consciência ambiental para o desenvolvimento de habilidades profissionais e a consequente geração de renda”. (ALMEIDA, D.P.; MACHADO, A.C.; TERÁN, A.F. & OLIVEIRA, E.N.S; 2019, p.1)

Percebemos nesta citação as referências sobre geração de renda e habilidades profissionais e isso corrobora a intenção em abordar a Educação Ambiental como mais um instrumento que possibilita desenvolver novos caminhos.

Então, cabe aos agentes socioeducadores esse papel ou missão e tornar mais efetivo o que é estabelecido e proposto no ECA e SINASE, pois o principal objetivo de instituições como o CASE POMERI é fazer o adolescente voltar à sociedade com uma nova percepção, seja qual for o contexto

E cabe aos órgãos gestores e partícipes trabalharem as políticas públicas “além-muro”, ou seja, trazer a Educação Ambiental, e outros preceitos, para fora do limitado “espaço conceitual” e inseri-la dentro de uma visão humanista e sustentável.

Posto isso, evidencia-se até aqui que o trabalho mostra quem o complexo Pomeri é uma comunidade dentro de outra (a capital do Estado de Mato Grosso) e o CASE por sua vez seria uma “subcomunidade” desta primeira, pois ela se diferencia pela privação de liberdade, ou seja, uma comunidade fechada, mas é composta de cidadãos que se relacionam, principalmente servidores e adolescentes assistidos.

De um lado vemos o quanto as políticas públicas são necessárias não só para determinado tipo de sistema, mas também para o funcionamento de toda a estrutura e os componentes existentes.

Logo, a temática ambiental desenvolvida e trabalhada com o apoio dessas políticas, é uma ferramenta necessária de se trabalhar preconizada no sistema socioeducativo, mas também vem de encontro com programas voltados à gestão pública que, pelo observado até aqui, atualmente apresenta deficiência de desenvolver esse tipo de trabalho, como por exemplo, a dificuldade em implementar o programa A3P em órgãos públicos.

A insistência em falar sobre esse programa se relaciona ao tema deste subitem pois, desenvolvido através de políticas públicas e implementado no CASE Pomeri, pode vir como uma ferramenta de capacitação, prioritariamente de servidores, uma vez que estes devem ser os multiplicadores iniciais e como tais, os principais responsáveis por disseminar conhecimento entre os seus como também destacar a necessidade de mudanças, como repensar as práticas sustentáveis no serviço, em casa e em todo resto do meio em que vive. E a partir dessas ideias foi possível traçar os métodos de pesquisa aqui utilizados.

OBJETIVOS

Este trabalho busca apresentar novas abordagens (ainda que existam pesquisas com temas parecidos) no sentido de que, dentro do contexto atual, novas estratégias devem ser adotadas e a Gestão Ambiental com seus atores vem como uma ferramenta muito importante nesse processo: o gestor passa a ser cada vez mais um agente importante para desempenhar funções multiplicadoras em diversas áreas.

Com isso, cabe aqui discutirmos o trabalho com jovens (no caso temos o adolescente assistido em privação de liberdade) dentro do processo pedagógico, voltado para a temática ambiental e com os adultos (funcionários do Pomeri), dentro de planos e estratégias de mudanças ou melhorias no setor público ou privado, com objetivos diretamente ligados à melhoria de uma coletividade e indiretamente ligados com a construção da imagem de uma instituição como forma de diferencia-la positivamente e se destacando no seu segmento.

METODOLOGIA

Para a realização das pesquisas, foi necessária a organização da coleta de dados, seus tratamentos e posterior desenvolvimento de texto em 3 fases.

A primeira consistiu em visitas técnicas no complexo Pomeri e no TCE-MT (onde a prática do programa A3P é uma referência) para a análise descritiva, elaboração do diagnóstico ambiental do CASE e o relatório das palestras com temática ambiental que ali aconteceram.

No Pomeri os recursos disponíveis foram: registros fotográficos e escritos (quando permitidos, por se tratar de uma instituição de segurança com acesso restrito) com apoio de relatos orais, além de pesquisas na internet e outros materiais.

Foi possível que o autor participasse como observador do evento “Semana do Meio Ambiente” organizado para os adolescentes do CASE Pomeri, mas seguindo as regras de segurança.

A coleta de dados feita no Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (TCE-MT), ocorreu em alguns dias de expediente normal e na semana alusiva ao Dia do Meio Ambiente, para embasar o item dedicado ao programa A3P em órgãos públicos.

A segunda fase foi realizada com profissionais do CASE de forma virtual: aplicou-se um questionário com dez perguntas (abertas e fechadas) através do programa Google Forms, uma ferramenta bastante utilizada nos dias atuais em meios acadêmicos e corporativos. Com a ajuda da diretoria do CASE, o link do questionário foi enviado via e-mail ou por aplicativo de conversas no celular.

Também através de e-mail foi realizada uma entrevista estruturada com perguntas abertas e específicas, direcionadas a uma psicóloga concursada como analista do sistema socioeducativo do CASE e que até então estava exercendo o cargo de assistente da diretoria da instituição.

A terceira fase foi reservada para a elaboração do diagnóstico citado, a descrição do funcionamento do A3P no TCE-MT, a transcrição da entrevista e por fim, o tratamento quantitativo e qualitativo dos dados obtidos no questionário.

Nessa última fase também foi redigida a análise dos resultados de todas as pesquisas, discussão e proposições, além das considerações finais baseadas em um apanhado geral do trabalho.

RESULTADOS

Por questões de localização e logística, é fácil visitar os prédios que abrigam a administração, logicamente como órgão público, dividida em diversos setores.

E tanto no pátio como nos corredores desses prédios, já nos primeiros dias, restou evidente a inexistência de coleta seletiva de resíduos, apesar da presença de farto número de cestas (abertas e fechadas) com sacos de lixo, formando assim pontos de coleta.

No que diz respeito a questão dos resíduos sólidos, a parte referente à disposição dos resíduos de alimentos foi mais interessante de se observar devido ao acompanhamento ocasional da distribuição de refeições que o Estado, através de empresa terceirizada, fornecia para os plantonistas e internos.

Enquanto as refeições não consumidas pelos internos são recolhidas, armazenadas e doadas para pessoas que diariamente passam por lá (na maioria das vezes se trata de quem já se habituou a isso), as sobras dos alimentos são descartadas da maneira mais comum: em lixeiras com saco plástico, em pontos fixos e na parte externa do local, próximo a copa/cozinha citada anteriormente e que serve de apoio para os funcionários ocasionalmente prepararem e consumirem seus alimentos, e também para a preparação do café (considerado material de expediente nas instituições) servido diariamente.

O local também é utilizado para organizar a distribuição das refeições dos internos e fica próxima das celas; ambas as dependências dão para outro pátio interno, que pode ser considerada uma área verde, sem utilização específica ou determinada, apenas com mata e grama.

Neste pátio interno, os adolescentes praticam algumas atividades físicas como musculação e futebol, mas é importante registrar que o CASE conta com uma quadra poliesportiva além de uma piscina semiolímpica, pois como vimos as atividades desportivas fazem parte da programação socioeducativa.

É importante também destacar a pro atividade dos profissionais dessa instituição em proporcionar (o que é de direito) diversas atividades a esses jovens. Além daquelas que visam manter boas condições físicas, existem atividades religiosas, artísticas e de informática conforme já comentado anteriormente e corroborado pelos profissionais que ali atuam.

Ainda, inclui-se no fator pro atividade dos servidores, iniciativas de destaque como de alguns servidores com campanhas beneficentes e com ações diretas de sustentabilidade.

No caso desta pesquisa, destaca-se a campanha em prol de animais de ruas (para a alimentação dos mesmos, castração etc.).

Para tanto, foram instalados alguns pontos de coleta de tampinhas de plástico- para contribuir com a campanha de custeamento de castração de animais de rua- e coleta de tubos de desodorante de spray e similares- para manutenção de abrigos de animais abandonados.

São ações discretas e bastante comuns em empresas públicas e privadas, mas são campanhas que devem ser consideradas plausíveis tanto no sentido social como na questão da preservação ambiental, pois contribuem para uma série de práticas rotineiras, pois esse tipo de material representa grandes risco para a saúde e o Meio Ambiente.

Nas pesquisas realizadas em alguns sites e conversando com os servidores do CASE, entende-se que esses tubos de aerossóis, seja de desodorante, produtos para cabelo como laque e até mesmo inseticidas são feitos de alumínio (o Brasil é um dos maiores consumidores desse produto no mundo).

Esse tipo de preocupação, de servidores com os animais, acaba acarretando outras, a partir do momento que tomam conhecimento sobre os danos causados por tubos de aerossóis, e conseqüentemente essas informações são compartilhadas com os demais.

E apesar de poucas práticas checadas no ambiente do CASE, existem outras ações discretas como a existência de uma horta no espaço físico da instituição e isso pode ser considerada uma das principais atividades dali que se relacionam com a temática aqui discutida, e que trata-se de uma boa estrutura para os fins a que se destina.

Nessa fase de visitas, foi importante também o levantamento de ações por parte da gestão do CASE, até porque desde o início os profissionais relatavam a necessidade de se desenvolver atividades relacionadas à temática ambiental para os jovens. E de forma ocasional, nesse período a Diretoria realizou um ciclo de palestras durante o evento denominado “Semana do Meio Ambiente”.

Com isso, houve a oportunidade de participação do autor como observador (enquanto pesquisador acadêmico) afim de colher dados sobre as impressões dos jovens em relação aos temas, a interação com os palestrantes, o comportamento durante o evento e as considerações feitas por eles sobre as questões ali colocadas, como está relatado a seguir.

Na elaboração do projeto de trabalho (de conclusão de curso), com o tema aqui desenvolvido e apresentado, cogitou-se a possibilidade do autor em realizar palestra (s) com temática ambiental no CASE, tanto que isso foi incluído no cronograma previsto.

No entanto, como a equipe do sistema socioeducativo tem como atribuição a realização de atividades relacionadas ao Meio Ambiente como foco (conforme comentado no item de embasamento teórico), a Diretoria da instituição já se encontrava em processo de organização de um evento, denominado “Semana do Meio Ambiente”

Todas as atividades foram desenvolvidas durante o período matutino suspendendo as atividades escolares também do período vespertino; os participantes do evento foram cerca de 40 menores do sexo masculino e pouco mais e 15 menores do sexo feminino, pois conforme já relatado, o número de internas é bem menor.

Foi observado nos dias de evento que cada interno possui uma caneca de plástico para seu uso pessoal (não utilizam copos descartáveis) mas os servidores (na maioria) não possuem a prática ambiental bastante comum na atualidade em órgãos privados e públicos (principalmente aqueles que desenvolvem o programa A3P) daquilo que chamamos de “adoção” de copo.

Por fim, levando em consideração tudo que aqui foi relatado e considerando a observação de deficiências ambientais e ausência de diversas práticas no espaço físico do CASE Pomeri, torna-se essencial a abordagem do A3P em órgãos públicos no próximo item, bem como a exemplificação do seu funcionamento.

Levando em consideração o dinamismo do programa A3P proposto pelo Ministério do Meio Ambiente, alguns fatores possivelmente impedem o planejamento e a execução das atividades da agenda ambiental por grande parte da máquina pública, pois o programa é voltado para órgãos públicos de forma geral, e isso envolve instituições pertencentes ao

sistema prisional, instituições de ensino, autarquias com atividades fins, órgãos ligados à Cultura, Esporte, Lazer e obviamente aqueles ligados ao Meio Ambiente.

Assim, com as pesquisas realizadas no CASE Pomeri e no órgão apresentado no subitem seguinte, deve-se abordar a gestão tendo seus servidores e colaboradores como parceiros nas propostas a que o A3P se direciona pois “se fazem necessárias a cooperação e união de esforços visando minimizar os impactos sociais e ambientais advindos das ações cotidianas atinentes à Administração Pública” (Cartilha A3P, 2009, p. 9).

CONCLUSÕES

Dependemos dos recursos naturais, e se não desenvolvermos planos, projetos, ações e atividades mais arrojadas e efetivas para lidar com a escassez e finitude desses recursos, restará à espécie humana terminar seus dias na mais absoluta miséria. A Economia atual trabalha exatamente com isso e há urgência em desenvolver meios sustentáveis, menos poluidores e alternativos.

O local foi diagnosticado com diversas questões ambientais a serem discutidas, tanto em seu espaço físico como também na rotina dos cidadãos que ali vivem ou trabalham, além do desenvolvimento da temática ambiental para ser trabalhada com todos.

Esse fato não se traduz em críticas para com a instituição, pelo contrário, há que se louvar as ações da diretoria em fazer valer o que o ECA preconiza em relação à temática ambiental no socioeducativo, por isso este trabalho tem o intuito de colaborar com algumas diretrizes ambientais nesse sistema e na instituição enquanto órgão público.

Os servidores entendem a necessidade em se conservar o meio ambiente e adotar medidas ecológicas e sustentáveis em casa e no ambiente de trabalho, por isso estão aptos a serem capacitados e otimizar a prática do conhecimento em Educação Ambiental para atuarem como multiplicadores trabalhando em planos e projetos e mantendo atividades de forma contínua e diversificada; as pesquisas mostraram o grande interesse deles no assunto e a profissional entrevistada corrobora esse interesse ao comprovar as ações que já têm sido colocadas em práticas e outras que a diretoria pretende trabalhar com outros profissionais do socioeducativo até mesmo para atender as exigências legais do processo de ensino e aprendizagem.

No que diz respeito ao programa A3P é percebido que a maior dificuldade em sua implementação diz respeito a gestores que precisam ter compromisso no empenho não só do programa ser realizado, mas também ser obrigatório uma vez que o mesmo surgiu a mais de 20 anos, porém caminha a passos muito lentos e trazer progressos com o A3P significa ter foco na economicidade e sustentabilidade da coisa pública. O TCE-MT não é o único órgão do Estado que trabalha com afinco no programa, mas é clara a necessidade de muito mais órgãos se destacarem e se tornarem referência para que as ações dessa área se multipliquem.

Restou demonstrada a possibilidade de montar um plano de ações a partir de políticas ambientais que visam a redução, a reutilização, a reciclagem, o aproveitamento de espaços e a destinação adequada aos resíduos produzidos bem como realizar atividades, eventos, capacitações etc. O plano apresentado ilustra a possibilidade e facilidade em se traçar metas e alcançar objetivos envolvendo diversos atores e parceiros, além de custos possivelmente baixos.

As estratégias apresentadas formam cidadãos com bagagem social e profissional suficiente para ser explorada de forma benéfica na reintegração do adolescente ao deixar o sistema, quando estará capacitado para ser multiplicador até mesmo no próprio complexo, além de outras instituições públicas e privadas ou desenvolvendo atividades econômicas nessa área ou em outras, mas mantendo o foco na preservação, conservação e sustentabilidade.

Com os servidores os benefícios são os mesmos, de forma pessoal e profissional os tornando multiplicadores para outros servidores e até mesmo atuando em outros órgãos, divulgando por exemplo o A3P e o CASE como um estudo de caso. Nesse cenário é possível rever a forma como nos comportamos diante do contexto ambiental local e mundial.

É importante salientar a importância, no plano de ações, das atividades contínuas relacionadas à Educação Ambiental considerando, como vimos, se tratar de uma área extensa, com grande número de pessoas e localizada dentro de uma capital brasileira; todos esses fatos colaboram para adoção de estratégias de sensibilização e interesse principalmente de crianças e adultos em adquirir hábitos e valores para preservar o Meio Ambiente e criar condições para que a sustentabilidade faça parte do dia a dia, tanto na individualidade quanto de forma coletiva.

As boas práticas e ideias tendem a ser copiadas e adotadas e temos muitas delas espalhadas pelo mundo; o que precisamos é de tomar a responsabilidade de cuidar do Meio Ambiente e deixa-lo em condições adequadas para as gerações futuras, fazendo a nossa parte, isoladamente e de forma coletiva.

Podemos considerar a educação ambiental, por fim, necessária do ponto de vista mundial e colaborativa para os cidadãos de maneira geral, uma vez que contribui para seu crescimento pessoal, profissional e tem um papel muito importante no desenvolvimento sustentável local.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ALMEIDA, D.P.; MACHADO, A.C.; TERÁN, A.F. & OLIVEIRA, E.N.S. A Educação Ambiental como meio de ressocialização e adolescentes no contexto socioeducativo. *Revista Educação Ambiental*, nº68, ano XVIII, 1-12, junho-agosto/2019.
2. ATANÁZIO, J.N.O. Implantação de Sistema de Gestão Ambiental. *InterfacEHS- Saúde, Meio Ambiente e Sustentabilidade*, São Paulo, vol.11, nº2, 49-60, dezembro de 2016.
3. BRASIL. Secretaria Especial de Direitos Humanos e Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo SINASE, 2006. Disponível em: <<http://www.conselhodacrianca.al.gov.br/sala-de-imprensa/publicacoes/sinase.pdf>>. Acesso em 06/06/2022.
4. BRASIL. Departamento de Cidadania e Responsabilidade Socioambiental/ Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental- MMA. *Agenda Ambiental na Administração (cartilha)*. Brasília, DF, 5 ed., 2009.
5. GONÇALVES, H. S. & BRANDÃO, E. P. *Psicologia Jurídica no Brasil*. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2013. (Apud SCISLESK, A. C. C.; BRUNO, B. S.; GALEANO, G. B.; SANTOS, S. N.; & SILVA, J. L. C. Medida socioeducativa de internação: estratégia punitiva ou protetiva? *Psicologia & Sociedade*, vol. 27, nº 3, 505-515, fevereiro de 2015).
6. GOULART, Milena Athie. *Plano de Gestão de Logística Sustentável- PLS- IFMT-BLV/ Milena Athie Goulart [et al.]*. – Cuiabá Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, 2016.
7. SANTOS, Edna Cleide Gomes dos. *Estudo de caso para aplicação da Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Mato Grosso Campus Cuiabá Bela vista*. Cuiabá Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso; 2011.
8. SILVA, Marenilza S. V. P. da. *Estrutura e funcionamento da unidade de saúde do Centro Socioeducativo de Cuiabá/MT em 2014* 62 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Saúde Coletiva) - Instituto de Saúde Coletiva, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2015.
9. TOMAZ DA SILVA, J. *O Sentido da Educação para adolescentes em conflito com a Lei*. Dissertação de Mestrado, UFMT/IE, 2012.
10. XAVIER, Priscila de O. *Pomeri: espaço de reclusão – máquina de guerra: o cotidiano, de uma instituição de fechamento: Mato Grosso nos auspícios do século XXI*. Dissertação de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Mato Grosso, 2007.